

A potência da alteridade nas mídias digitais: uma perspectiva de identidade e diferença¹

Luís Mauro Sá Martino²

Resumo: Este ensaio delinea criticamente alguns aspectos das interações nas mídias digitais a partir dos estudos de identidade. A partir de pesquisa prévia, o texto sugere que a relação com a alteridade, nas mídias digitais, reside sobre um paradoxo: o excesso de informações, longe da transparência, resulta na opacidade do outro, em uma apreensão metonímica do outro. O argumento se desenvolve em três etapas: (1) as questões relacionadas à enunciação de si e do outro; (2) A ilusão de que as informações online sobre alguém são tomadas como “conhecimento” sobre o outro; (3) o anonimato como dispositivo de controle e de anti-comunicação. Busca-se, com isso, delinear algumas enunciações online que raramente avançam para além de uma impressão primeira sobre a alteridade.

Palavras-Chave: comunicação; identidade; mídias digitais; alteridade

Abstract: This paper outlines some aspects of social interactions in digital media from the point of view of identity studies. Grounded on previously conducted empirical and bibliographical research, it argues that digital relationships are drawn on a paradox: the illusion of the transparency of the otherness. Although what someone posts on the Internet is a glimpse of his or her self, others take this as their whole self, and further interactions are framed by metonymy. The argument is threefold: (1) the online self and otherness enunciation; (2) the metonymical effect of otherness, as online information about someone is easily mistaken as ‘knowledge’ of the other; (3) the anonymity as an anti-communication apparatus. It outlines the enunciation of the self and the other as seldom goes beyond the first glimpse of the otherness.

Keywords: communication; identity; digital media; otherness.

Introdução

¹ Uma versão anterior foi apresentada na conferência de abertura do VIII Ecomig - Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 28 a 30 de outubro de 2015.

² Professor do Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: lmsmartino@gmail.com.

As mídias digitais puseram o ser humano, pela primeira vez, diante da visão da totalidade do outro, isto é, de si mesmo. O desafio diante da potência da alteridade às vezes se relaciona com sua negação, com uma fuga para o refúgio seguro da identidade constituída no apagar das diferenças, na pretensão de se encontrar uma raiz, um fundamento, para se entender o outro – remetendo ao “radical” e ao “fundamentalismo”. As dinâmicas desse encontro radical com a alteridade, mediado pelos ambientes digitais (MEYROWITZ, 1999; 2000) não foram ainda delineadas, e talvez nunca venham a ser. O ambiente das mídias digitais, em sua multiforme possibilidade de relações, pode ser um espaço de interações em um encontro potencial com todos os outros. A potência da alteridade se encontra, nas redes sociais digitais, em plena imanência em um ambiente que permite ligações em escala planetária.

No entanto, a observação dos estudos sobre as interações em rede sugere um panorama menos afirmativo, calcado às vezes em discursos de eliminação daquilo que é distante. A lista de palavras incorporadas ao vocabulário de quem pesquisa o assunto é cumulativa – *cybercrime*, *cyberbullying*, *cyberhate* e expressões correlatas. Certamente tais fenômenos preexistem aos ambientes digitais – *crime*, *bullying* e *hate* não decorrem do prefixo *cyber*. No entanto, esses elementos parecem se amplificar e aprofundar nos ambientes digitais na medida da potência da alteridade existente nesses espaços.

Este ensaio delinea criticamente alguns aspectos das interações nas mídias digitais a partir dos estudos de identidade. A partir de pesquisa prévia, o texto sugere que a relação com a alteridade, nas mídias digitais, reside sobre um paradoxo: o excesso de informações, longe da transparência, resulta na opacidade de uma apreensão metonímica do outro. O argumento se desenvolve em duas etapas: (1) as informações *online* a respeito de alguém são facilmente confundidas com o “conhecimento” sobre o outro; (2) por conta disso, as enunciações online de si e dos outros raramente avançam para além de uma impressão primeira sobre a alteridade.

Não há aqui pretensão de novidade. As identidades em interações em rede tem sido objeto de estudos como os de Castells (2000), Oliveira (2008),

Sibila (2008). O que se desenvolve aqui são questões teóricas entrevistadas em estudos empíricos anteriores – Martino e Marques (2012); Altheman, Martino e Marques (2013); Martino (2014) e Marques, Martino e Coelho (2015) – indicativos de que a postura diante do outro, do “eles”, nos ambientes digitais, oscila muitas vezes entre a hostilidade e a indiferença próxima do que Zizek (2014), lido por Santos (2015), denomina “interpassividade”. Procura-se, aqui, uma reflexão teórica sobre aqueles estudos. O argumento se desenvolve em três partes: (1) Os problemas e limites da enunciação de si e do outro; (2) A ilusão da transparência do outro nas mídias digitais; (3) os dispositivos de anonimato e os intervalos na Comunicação.

A enunciação de si e dos outros nos ambientes digitais

A enunciação de si mesmo é um dos processos mais elementares de constituição de uma identidade. Cada indivíduo identifica-se a partir do emaranhado de discursos que o constitui, a partir do qual ele ou ela se reconhece e se representa, mas também de onde se apresenta para os outros e de onde enxerga a alteridade. Nos ambientes digitais, esse tópico parece se revestir de particular importância por conta das especificidades desse espaço.

O discurso de si encontra-se no intervalo entre duas assimetrias fundamentais: de um lado, a diferença entre o discurso construído de si e o que se é; de outro lado, a diferença entre o que se enuncia a respeito do mundo e sua totalidade. A diferença não pressupõe uma “essência” que poderia se opor à “aparência” ou à “representação”, mas à distância entre os discursos, articulados conforme o ponto de vista do enunciador, e a complexidade fragmentária da realidade.

Não se trata, a princípio, apenas do ato explícito de “falar de si”, mas também de se constituir como uma representação no espaço social – o encontro com o outro só pode ocorrer no momento em que se reconhece sua existência como um ser separado de si.

Nem sempre é levado em conta, na enunciação de si, que essa presunção de auto-conhecimento parece deixar de lado todas as instâncias deixadas de lado, seja por se tratarem de elementos inconscientes, seja por não interessar

naquele momento da enunciação. Cria-se, no discurso, uma pretensão de conhecimento coerência a respeito de si que a identidade humana não parece comportar se não em condições específicas e delimitadas; daí, em outro momento, sugerir-se que a pergunta “quem é você?” talvez fosse melhor formulada em termos de “quem você pensa que é?” (MARTINO, 2010).

A enunciação de si mesmo cria condições de enunciação do outro. Só é possível, aliás, representar a alteridade em seu jogo de luzes e sombras como identidade e diferença a partir do momento em que se define um “eu”. Nesse momento, abre-se o caminho para pensar nas relações de poder imbricadas no ato enunciativo: ao enunciar o outro, reduz-se sua potência como alteridade, como completamente desconhecida, aos limites hermenêuticos do discurso no qual se insere o outro. A enunciação de si imediatamente enuncia o outro. De maneira explícita ou implícita, a pressuposição da alteridade permeia o discurso a respeito de si mesmo. A pergunta “quem é o outro?” encontra suas condições de resposta geralmente atreladas à resposta ao problema do “quem sou eu?” No entanto, essas condições não dependem de uma racionalidade discursiva implícita ou explícita, mas à trama de relações de poder na qual se inserem o enunciador, o ato enunciativo e aquele que é enunciado no discurso do outro.

Pode-se repensar, a partir disso, em que medida a arquitetura de redes digitais efetivamente implica a possibilidade indefinida de conexões. A forma das ligações em rede tende a privilegiar um núcleo central de interações mais frequentes secundada por círculos mais ou menos concêntricos de relações progressivamente mais fracas, até chegar nas episódicas. Embora autores como Granovetter (1973; 1983) frequentemente ressaltem a importância desses laços fracos, seu potencial de interação é igualmente menor no que tange à constituição da identidade. O crescimento das redes, recorda Baran (1964) em seu estudo fundador, presume uma descentralização, mas não necessariamente uma abertura. Redes, na visão de Barabási (2009), tendem a crescer no fortalecimento dos laços já existentes – a redundância, mais do que a novidade, parece ser a tônica. O que sugere, por seu turno, um princípio tácito de exclusão da diferença ou do fechamento da comunidade, como sugerem alguns estudos de Wellman (2001a; 2001b).

Por conta das relações de poder intrínsecas ao ato enunciativo, em uma situação de desigualdade discursiva na qual um enunciador – ou poucos – tem o poder de definir todos os outros, as categorias de interpretação da realidade presentes nesse discurso tendem a envolver a alteridade e a si mesmo em uma trama de conceituações marcadas pelas categorias hermenêuticas de quem fala.

Em geral, esse processo costuma derivar para marcações radicais de identidade no sentido de estipular relações binárias, quase sempre de caráter opositivo, entre o “eu” e o “outro”. Categorias como próximo/distante, local/global, nós/eles, normal/exótico e correlatas fundam-se em relações de poder inscritas na origem dessas relações e, de maneira especial, no modo como elas se ramificam no conjunto dos discursos em circulação no espaço social.

A observação crítica dessas oposições binárias é trabalhada por diversos autores e pensadoras interessadas não em reverter a polaridade das dicotomias, mas em desconstruir os núcleos de poder a partir dos quais elas se fundam – são representativos dessa prática, por exemplo, os trabalhos de Bhabha (2008), Culler (2005), Butler (2008) e Spivak (1988; 2000; 2005). Não significaria, por exemplo, rever a noção de “eurocentrismo” substituindo-a por um “asiacentrismo”, mas de questionar as condições genealógicas de constituição de uma oposição centro/margem – com ecos do projeto genealógico de Foucault.

Não se trata de reverter o binário, mas desconstruí-lo a partir da problematização do enunciador: quem enuncia o outro? Se existe um outro, aonde e como se localiza um “eu”? A prática, aqui, é a da pergunta, entendendo o questionamento como abertura fundamental para a alteridade – a pergunta, exceto em utilizações retóricas, revela um desejo de abertura para o atravessamento do outro.

No entanto, além das contingências mencionadas, a apreensão do outro nos discursos de identidade é delimitada muitas vezes pela velocidade. Na economia perceptual de tempo indicada no trabalho clássico de Lipmann (2008 [1922]) sobre estereótipos, a interpretação do outro em um ambiente de alta velocidade implica não só a redução da alteridade a um dado imediato, no processo metonímico mencionado acima, mas também a fixação de uma relação

direta entre os atos significantes de um indivíduo e o significado atribuído a partir disso.

A velocidade das relações virtuais não permite, nesse sentido, se não uma rápida visão e atribuição de sentido ao outro, apropriado na rapidez da atualização dos perfis dos aplicativos ou da troca de mensagens. Sem conhecer o outro parece ser ainda mais complexo conviver com ele. A arquitetura das mídias digitais em rede coloca em jogo, na potencialidade enunciativa, o curso da velocidade. Parece, por conta disso, não existir propriamente uma relação entre enunciados, mas apenas sua exposição contínua, permanente, com poucos ecos, à beira da indiferença (SANTOS, 2015), quando não na ausência completa de ressonância que indica uma solidão potencial no ambiente das mídias digitais (FRANZEN, 2000).

O questionamento do binário na enunciação de si e dos outros procura, entre outras coisas, recolocar os pontos de flutuação dos significados decorrente da própria complexidade humana, lembrando que os significados atribuídos a outrem revelam, no máximo, quem era a pessoa no momento daquela atribuição, bem com as categorias interpretativas do enunciante. Retoma-se, nesse sentido, a noção de que não existe relação necessária entre significante e significado, mas que ambos se imiscuem em um dispositivo no qual um terceiro termo são as relações de poder. O ato da pergunta, no entanto, não é de maneira alguma neutro, mas, em sua abertura para a alteridade, desconstrói a pretensão de uma “visão de lugar nenhum” responsável por sugerir uma centralidade, ou autoridade, ao sujeito enunciante.

Nesse aspecto, pode-se sugerir, com Wellman (2001a; 2001b) e Turkle (1995; 2011), que nos ambientes em rede, uma boa parte das interações acontece entre pessoas que já dividem algo em comum e, portanto, mergulhados em um mesmo discurso. Em outras palavras, as interações em rede parecem exibir uma tendência a reforçar o fechamento do “nós” em relação ao “eles”. Como recorda Nayar (2010), os espaços virtuais são atravessados por questões de classe, diferenças de poder, assimetrias políticas e econômicas responsáveis por distinguir mais do que aproximar – em uma perspectiva negativa, como a

que parece ser esposada por Wolton (2010; 2011) ou Keen (2009), chegaria-se ao paradoxo de um ambiente de interações que desconecta: o espaço da relação torna-se o ambiente da ausência de comunicação.

A ilusão da transparência do outro nas mídias digitais

A alteridade traz a potência da interrogação a respeito daquilo que se é, ou mesmo das representações que se tem de si. A alteridade tem a potência de atravessar o sujeito com interrogações a respeito de sua constituição, e esse desafio, quando não constituído na ponte da intersubjetividade, pode ter como resultado o refúgio na clausura da diferença. É, de certa maneira, pensando a partir das trilhas de Spinoza, mas também de Lévinas, o que no outro desafia a pensar no si mesmo como parte de algo comum, um “nós” – desde que não apreendido em sua oposição específica a um “eles” com o qual não se dialoga, mas se elimina.

Na medida em que a ação, sobretudo em direção ao outro, é responsabilidade exclusiva de quem age, diz Lévinas (1990, p. 131) que “o núcleo da singularidade é a responsabilidade”. É questionável, no entanto, em que medida a possibilidade do anonimato virtual permite ou vislumbra essa responsabilidade. A sensação de proteção via anonimato presumido, mesmo diante das possibilidades de vigilância, podem colocar em xeque a responsabilidade diante do outro – talvez porque se esteja diante, a rigor, de uma tela iluminada com pixels.

A presença do outro, em alguma escala, é um acontecimento, um fenômeno que se desenha em um campo de percepção e fica, na poética filosófica de Evaldo Coutinho (2000), “guardado em meu estojo”. O outro, percebido, não pode suscitar indiferença: uma vez percebido, é então apreendido de várias maneiras, seja no estereótipo que pode não raro desvelar o preconceito, seja em sua complexidade, como um outro que, em todas as suas diferenças, e talvez por causa delas, identifica-se comigo. A alteridade recorda o sentido da identidade, como recordam Hall (1996; 1997; 2000) e Woodward (2006).

Nos ambientes físicos, é possível eventualmente lidar com a situação de inúmeras maneiras: os estudos clássicos de Goffman (1974) a respeito das interações humanas demonstram como é possível evitar ou até mesmo eliminar a relação com o outro. Nas mídias digitais, a alteridade revela-se como uma presença quase obrigatória a partir de uma de suas características principais – a interatividade, a conexão, a rede.

A ligação, claro, pode em aparência ser apenas com uma rede de computadores; mas existe, em algum momento do processo, outro ser humano agindo. A reificação do “sistema” como agente, evidenciadas em expressões correntes como “o sistema não permite” ou “o sistema não deixa”, remete o diálogo para longe da questão principal: qualquer sistema foi inventado por seres humanos, e ao menos até agora, podem ser desconstituídos por uma igual ação humana.

Nos ambientes digitais, a potência do encontro engloba virtualmente todas as pessoas conectadas. A magnitude do acontecimento pode remeter, não sem alguma hipérbole, a outros momentos em que grupos humanos se viram diante de uma alteridade que a obrigava a pensar quem era. Talvez, seguindo os passos de Todorov (2008), a conquista da América pelos europeus possa servir de parâmetro para se pensar o que é a radicalidade do encontro com o outro possibilitada nos ambientes digitais. A surpresa do encontro, a perplexidade diante do outro, a incapacidade de decifrar os signos de parte a parte, a ignorância mútua levando ora à presunção de superioridade e à pretensão de correção do outro, ora à hostilidade decorrente dessa incompreensão: os elementos estudados por Todorov não deixam de ser um parâmetro para se pensar a questão da alteridade nas mídias digitais.

Há, evidentemente, diferenças entre os dois momentos.

Um primeiro elemento, a sublinhar de imediato, é a ilusão da transparência da alteridade existente nas mídias digitais.

Trata-se dos dispositivos – tomados aqui na acepção feita por Foucault (2004, p.76) – tornados operatórios de parte a parte para olhar o outro. Se o conquistador europeu e os membros do Império Asteca tinham uma noção

legendária e vaga do que era o “outro” que se aproximava, em construções calcadas na bem-vinda imprecisão do imaginário, as interações em redes digitais caminhariam no sentido contrário, permitindo a decifração da alteridade a qualquer momento. A formação e manutenção de laços nos espaços digitais, apontam Human e Lane (2008), não seguem uma lógica linear ou previsível. Linke (2011) ou Sacks e Greaves (2012) sugerem tanto a aproximação quanto o distanciamento de relações a partir das interações mediadas.

A quantidade de informações disponíveis *online* sobre qualquer pessoa permite reconstituir, sem muita dificuldade, quem ela é. Chega-se dessa maneira ao que parece ser uma consequência, indicada, entre outros, por Bruno (2006; 2008) e Dal Bello e Rocha (2012): o máximo de transparência equivale ao máximo de vigilância. Nesse sentido, Papacharissi (2010) ou Sibilía (2008) apontam que a exposição de si não significa compreensão do outro; a visibilidade é, antes, epifenômeno de outros discursos.

Assim, se espanhóis e astecas eram mutuamente um mistério sobretudo pela ausência de informações a respeito uns dos outros, o que transformava qualquer relação em contingência absoluta; no ambiente das mídias digitais a possibilidade de se saber, em poucos segundos, informações sobre a vida de qualquer pessoa tenderia a reduzir essa contingência a zero – não há mistérios, a princípio, quando tudo está visível em um perfil.

Exceto o que se esconde – truísmo a ser lembrado.

Nas mídias digitais, quem é o outro que se desenha para a apreensão do sujeito? Situando a questão no nível do fenômeno, trata-se de um dispositivo identitário constituído por discursos imagéticos, sonoros, textuais - enunciados de si mesmo, da realidade e da interação com os outros. Na arquitetura das redes sociais, esses enunciados podem ser discutidos, apreciados e valorizados. A interação, ao menos nesse primeiro nível, depende das informações tornadas públicas e, se há algo “dito”, há esferas do “não-dito” subsumidas nesse tipo de exposição.

Seria o caso de recordar, nesse aspecto, que os seres humanos vão além das narrativas identitárias a partir das quais são percebidas em uma

determinada situação, existindo inúmeras outras narrativas possíveis de serem delineadas (SERRES, 2015). No cotidiano esse aspecto múltiplo da alteridade nem sempre é levado em consideração: o outro é visto na narrativa imediata, na visão do já iluminado, desconsiderando outros matizes e elementos deixados à sombra. Um dos momentos privilegiados de encontro com a alteridade se constitui a partir das narrativas a respeito de si mesma por ela elaboradas.

Há, nesse instante, um efeito metonímico: na impossibilidade de percepção de outras narrativas constitutivas do esboço de totalidade, ainda que fragmentária e multifacetada, em geral entende-se o outro a partir dessa narrativa única, fazendo daquele momento a verdade a respeito do outro.

Nas mídias digitais, esse efeito de metonímia pode ser compreendido na redução do sujeito ao seu perfil e suas postagens em uma rede social. A possibilidade de livre-expressão às vezes parece ser intercambiada com a certeza de uma expressão absoluta na construção de um efeito de verdade constituído na inferência feita a partir dos dados presentes em um perfil. O máximo de visibilidade revela o máximo de ocultamento, diferindo dos outros ambientes não pelo gênero do fato, mas pelo grau do fenômeno.

A observação dos comentários de notícias publicadas em sites, ou mesmo entre usuários de redes sociais, parece indicar isso na medida em que as poucas interações existentes levam em conta, na maior parte das vezes, elementos fragmentários, quando não isolados, da alteridade com quem se está mantendo aquele tipo de relacionamento. Não raro, toma-se uma palavra isolada, alguma expressão ou mesmo elementos pessoais, como o nome ou a foto, como objeto de crítica, deixando-se de lado qualquer outra possibilidade de interação.

A ilusão da transparência do outro deriva, em alguns casos, para a unidimensionalidade de apreensão desse sujeito convertido em alteridade que se manifesta perante outrem. Seria possível dizer, na observação ostensiva das redes sociais, bem como em estudos de caso, que as interações, paradoxalmente, são tecidas quase exclusivamente a partir dessa parcela visível, deixando-se de lado qualquer possibilidade, para não dizer intenção, de incorporação de qualquer outro elemento.

Dispositivos de anonimato e a intermitência da Comunicação

O ato de ver sem ser visto é um dos dispositivos estratégicos nos quais mais se investiu tempo e energia ao longo da história. A perspectiva de acompanhar os movimentos de outras pessoas sem que isso seja por elas percebido refere-se a uma das buscas mais antigas de qualquer estrategista, seja pensando em termos bélicos, seja pensando em termos sociais.

Nesse ponto, embora a conhecida argumentação de Foucault (1997) a respeito do panóptico formulado por Bentham (1765) certamente possa contribuir para uma interpretação do mundo de visibilidades e ocultamentos existentes nos espaços virtuais, a noção foucaultiana de “dispositivo” possa também colaborar para se pensar as dimensões discursivas – em termos visuais e textuais – de exibição e, sobretudo, de ocultamento nas redes sociais digitais. A prerrogativa de ver sem ser visto pode ser entendida como uma elaboração complexa de elementos ao mesmo tempo técnicos – os programas de computador, aplicativos de *tablets* e *smartphones*, a estrutura e ubiquidade mesmo desses aparelhos – e discursivos, na medida em que, como visto, a elaboração de um discurso a respeito de si e do outro lida o tempo todo com a perspectiva de se produzirem áreas de iluminação e sombra. Nesse sentido, a pluralidade heterogênea de elementos pode ser aproximada da ideia de “dispositivo”, destacada por Foucault (2009) e retrabalhada posteriormente por Deleuze (2010) e Agamben (2010). Sem evidentemente entrar em uma discussão conceitual pormenorizada do conceito, vale retomar brevemente algumas de suas características.

Um dispositivo, explica Foucault, é caracterizado pela heterogeneidade de elementos que, em sua constituição, foram um aglomerado mais ou menos coerente direcionado para gerir, controlar, delimitar poderes. Um dispositivo pode ser entendido como um instrumento de poder, mas não no sentido talvez mais simples de um “controle” central, visível e articulado; na perspectiva foucaultiana, corroborada pelos autores citados, uma das características de um dispositivo é justamente ser uma reunião de elementos que, aparentemente, talvez não fossem associados – e menos ainda empregados na constituição de uma forma de poder. O poder dos dispositivos não está necessariamente nos

controles diretos, mas na constituição, se podemos derivar as palavras, de “disposições”, isto é, tornar os sujeitos e comunidades “dispostos à” – ou, em chave diferente, “disponíveis para” algo.

O anonimato, nas redes sociais, parece se constituir em um importante dispositivo estratégico para a condensação, momentânea ou constante, de poderes – sobretudo dentro desse ambiente, do poder de formulação de discursos. Valeria a pena, nesse sentido, pensar o que significa o “anonimato” em si.

O ato de nomear, recorda Scott (2007), é um dos principais meios de controle. Em seu trabalho “Seeing like a State”, ainda sem tradução no Brasil, o autor recorda que uma das principais, senão a principal, forma de um Estado garantir o controle sobre uma área é dando um nome a ela. Nomear é criar um vínculo, definir e delimitar algo que é em relação a todo o resto que a coisa não é. Ao mesmo tempo, essa delimitação permite uma identificação, a localização e, por conseguinte, a gestão – em uma palavra, controle. Dar um nome, portanto, significa mais do que constituir uma relação entre significantes e significados, o que já não seria de modo algum simples, mas também criar uma relação política entre quem nomeia e quem é nomeado. Em um trabalho dedicado à formação e uso de nomes próprios, por exemplo, o mesmo Scott (2006) indica como as linhagens familiares passam a ser constituídas no momento em que há uma cristalização dos sobrenomes – não por acaso, em momentos, ao final da Idade Média, em que os estados nacionais, sobretudo a França e a Inglaterra, demandam conhecer as populações, indicar quem é quem e, mais ainda, indicar quem se é para o controle específico de cada um. Dar um nome é tornar visível.

O anonimato é uma forma de invisibilidade social que poderia ser explorada em inúmeras trilhas – bastaria lembrar, por exemplo, a condição de inúmeras populações urbanas que, por suas condições, são referidas por nomes coletivos genéricos, e às quais a própria identidade individual derivada de um nome é por vezes extra-oficialmente negada. No entanto, para os propósitos deste trabalho, vale pensar na invisibilidade decorrente do anonimato online.

Um anonimato, à primeira vista, paradoxal: mesmo quando há a identificação nominal obrigatória, como ocorre em algumas redes sociais digitais, parece não existir algo fundamental e fundante nas relações de Comunicação: a atribuição de significado ao nome, a identificação do nome com a pessoa. Mesmo com nome e foto, a presença de uma distância presumida – afinal, em última instância, estamos interagindo com telas e botões – entre os comunicantes cria uma sensação de anonimato mesmo na presença do nome. Esse paradoxo pode ser um índice, novamente, para se pensar o anonimato como um dispositivo: dentre seus componentes heterogêneos podem estar, inclusive, nomes – com a diferença fundamental de que esses nomes não podem fazer sentido no ato da interlocução. Quando isso acontece, vem o reconhecimento e, portanto, destrói-se o poder do dispositivo.

O anonimato, neste caso, pode ser entendido como fruto, entre outros fatores, de uma presunção de distância física – estamos, como dito, interagindo com telas e botões, não com corpos – e simbólica: no universo potencialmente infinito de conexões *online*, não é possível mapear todas as interações, menos ainda as fortuitas. O outro, mesmo quando interage comigo, pode se manter em um nível desconhecido, na distância da assepsia mantida pelas telas dos dispositivos.

De certa maneira, a perspectiva do anonimato é uma espécie de anti-comunicação. Não é talvez o caso de usar a expressão “incomunicação”, na medida em que o prefixo “in”, neste aspecto, refere-se ao “não”, ao negativo, à impossibilidade da comunicação dentro de determinadas situações e condições. O caso do anonimato possível nas redes sociais parece se estender para algo mais do que a impossibilidade do estabelecimento de uma “comunicação” no sentido mencionado por vários autores – além dos já destacados Wolton (2011) e Morin (2006), seria possível acrescentar Bohm (2009) – pensada no sentido do “encontro” com uma alteridade.

Isso talvez explique, por exemplo, a possibilidade de se encontrar, online, discussões em um grau de exaltação ao qual talvez não se chegasse se a discussão fosse face a face. A presença do outro, a visão presente do outro,

parece implicar – e aqui pensa-se em Lévinas (2010) – em algum senso de responsabilidade que, de alguma maneira, pauta a maneira como as conversas tendem a acontecer.

Talvez não seja um truísmo indicar que o encontro com o outro só pode acontecer quando há, de alguma maneira, o reconhecimento dessa alteridade, a visão dessa alteridade de alguma maneira que se faça conhecida e apreensível dentro de meu sistema cognitivo, afetivo, emocional. O dispositivo do anonimato, nesse sentido, cria um lugar de fala marcado pela invisibilidade, foram estratégica de ação que tende a dificultar qualquer ato de resposta – e, por isso mesmo, permite a emissão quase descontrolada, em alguns casos, de discursos pautados pelo negativo absoluto diante do outro.

Considerações finais: tolerância, convivência, ruptura

É possível retomar, para estas considerações, as perspectivas sobre tolerância e convivência no encontro com a alteridade mencionadas no início deste texto.

John Locke (2003) foi um dos primeiros pensadores a sublinhar o papel da tolerância como pedra fundamental da democracia. Entender a presença do outro, ainda que em seu aspecto mais exíguo –uma vez que a “tolerância” não prevê sequer a convivência direta e constante, mas apenas o ato de suportar a existência do diferente –é um dos princípios da democracia. O tema, retomado também por Voltaire (2006), parece revestir-se de urgência no contemporâneo. As mídias digitais, se podem ser de algum modo celebradas como o espaço da conexão, parecem não indicar, em muitos momentos, a capacidade de tolerância mencionada pelo filósofo inglês.

O entendimento da alteridade, não apenas é imediato como também livre de qualquer nuance, tomando a fugacidade do momento visto como a permanência de atitudes, sem concessões. Dessa maneira, a definição do outro quase sempre fixa significados e representações atrelados às concepções binárias de si.

A possibilidade de desconexão, de bloquear acessos e regular com quem se fala em uma escala diferente das interações face a face e a capacidade de

fechamento dentro de comunidades com as quais já se mantém afinidades (evitando assim as aberturas para quaisquer discursos contrários) parecem constituir formas de silenciamento da alteridade exatamente nos espaços aonde se prevê a ligação. Menos do que tolerado, o outro diferente pode ser ignorado, e a virulência de algumas interações chama a atenção exatamente para essa falta de tolerância – desconectar-se do outro significa um fechamento a todos os enunciados que contradigam o que já se sabe.

Não se trata, evidentemente, de um diagnóstico com pretensões totalizantes, menos ainda sublinhado por uma visão única. Há, nos ambientes digitais, inúmeros espaços de formação de relações comunicacionais, bem como de engajamento social e político com vistas à deliberação para o interesse coletivo. O que se buscou aqui, no entanto, foi sublinhar outro aspecto, um fragmento de diagnóstico pautado em uma visão reconhecidamente parcial, mas que talvez não seja, apenas por isso, completamente errada.

Referências

- ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. **O potencial deliberativo de conversações políticas sobre o Projeto de Lei do Ato Médico no YouTube.** Revista Compolitica, v. 1, p. 45-69, 2013.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios.** Blumenau: Argos, 2010.
- AGAMBEN, G. **A comunidade que vem.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- BARABÁSI, A-L. **Linked: a nova ciência dos networks.** São Paulo: Editora Leopardo, 2009.
- BARAN, P. **On distributed communication networks.** *IEEE Transactions of the technical group on communication systems.* Volume CS-12, Março 1964.
- BHABHA, H. **The location of culture.** Londres, Routledge, 2008.
- BOASE, J. & WELLMAN, B. Personal relationships: on and off the internet. Online draft of PERLMAN, D. & VANGELISTI, A. L. **The Handbook of Personal Relations** Cambridge University Press. Book forthcoming 2006. This version: 2004.
- BOHM, D. **On dialogue.** Londres: Routledge, 2007.
- BRUNO, F. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: AUTOUN, H. (orgs.) **Web 2.0.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

-
- BRUNO, F. Quem está olhando? Variações do público e do privado em weblogs, fotologs e reality shows. In: BRUNO, F. e FATORELLI, A. (orgs.) **Limiares da imagem: tecnologia e estética na cibercultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- BUTLER, J. **Gender trouble**. Londres, Routledge, 2005.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.
- CULLER, J. **The pursuit of signs**. Londres: Routledge, 2005.
- DAL BELLO, C. e ROCHA, D. C. **Visibilidade Mediática, vigilância e naturalização do desejo de autoexposição**. Trabalho apresentado no XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.
- DELEUZE, G. **Deux régimes de fous**. Paris: Minuit, 2010.
- FARMER, M. L'Autre. *L'Autre*: CD: Paris: Warner, 1991.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRANZEN, A. **Does the internet make us lonely?** *European Sociological Review*, 16, 427-438, 2000.
- GOFFMAN, E. **Frame analysis**. Londres: Penguin, 1974.
- GRANOVETTER, M. **The strenght of weak ties: a network theory revisited**. *Sociological Theory*, Volume 1 (1983), 201-233.
- GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**. *American Journal of Sociology*. Volume 78 (6), Maio 1973.
- HALL, S. The spectacle of the 'other'. In: HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage, 2000, pp. 236-237.
- HALL, S. What is 'black' in popular culture? In: IN: MORLEY, D.; CHEN, K-H. **Stuart Hall: Critical dialogues in Cultural Studies**. Londres: Routledge, 1997, pp. 468.
- HALL, S. Who needs 'identity'? In: HALL, S.; DuGAY, P. **Questions of Cultural Identity**. Londres: Sage, 1996.
- HUMAN, R. e LANE, D. **Virtually friends in cyberspace. Explaining the Migration from FtF to CMC Relationships with Electronic Functional Proximity Theory**. Conference Papers: National Communication Association, 2008.
- KEEN, A. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- LÉVINAS, E. **Entre nós**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LÉVINAS, E. **Entrevista**. In: LE MONDE. *Filosofias*. São Paulo: Ática, 1990.
- LINKE, C. **Being a couple in a media world: the mediatization of everyday communication in couple relationships**. *Communications*. 36 (2011), 91-111.

-
- LOCKE, J. Letter on tolerance. In _____ **Polítical Writings**. Londres: Hackett, 2003.
- MARTINO, L. M. S. **A clausura da diferença: mediatização da religião, enquadramento e identidades em uma discussão online**. Revista de Estudos Universitários, v. 40, p. 275, 2014.
- MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**. 2a. Edição. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. **Política na hora do chá: ética e identidade no debate online sobre uma bebida**. Comunicação, Mídia e Consumo, v. 9, p. 49-74, 2012.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S.; COELHO, T. . **Reconhecimento e subalternidade no Facebook: a potência política de imagens e testemunhos do projeto SP invisível**. In: VI COMPOLÍTICA. 2015, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2015. v. 1. p. 1-17.
- MARTINO, L.M.S. **Comunicação e Identidade**. São Paulo: Paulus, 2010.
- MEYROWITZ, J. Medium theory. In: CROWLEY, D. e MITCHEL, D. **Communication Theory Today**. Standford: Standford University Press, 2000.
- MEYROWITZ, J. **Understandings of media**. *et Cetera*; Spring 1999; 56, 1.
- NAYAR, P. **An introduction to new media and cybercultures**. Londres: Wiley-Blackwell, 2010.
- OLIVEIRA, R. M. C. **Diários públicos, mundos privados**. Salvador: UFBA, 2008 (Tese de Doutorado).
- PAPACHARISSI, Z. **A private sphere**. Londres: Polity Press, 2010.
- PRIMO, A. Introdução. In _____(org). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- RECUERO, R. **A conversação em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- SACKS, M.A. & GRAVES, N. How Many “Friends” Do You Need? Teaching Students How to Network Using Social Media. *Business Communication Quarterly*, 75(1), 80-88, 2012.
- SANTOS, M. **Doxa e redes sociais digitais: quando a interatividade dá lugar à interpassividade. Apresentação no Colóquio Internacional Roland Barthes**. São Paulo: Casa das Rosas, 24 a 26 de junho de 2015.
- SAVIGNY, H. **Public Opinion, political communication and the internet**, *Politics*, v.22, n.1, p.1-8, 2002.
- SCOTT, A. & STREET, J. From media politics to e-protest. *Information, Communication & Society* 3:2 2000.
- SCOTT, J. *Hidden Transcripts*. Yale: Yale University Press, 1992.

-
- SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SPINOZA, B. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C. e GROSSBERG, L. **Marxism and the Interpretation of Culture.** Urbana, University of Illinois, 1988.
- SPIVAK, G. C. **In other worlds.** Londres, Routledge, 2000.
- SPIVAK, G. C. **Outside in the teaching machine.** Londres, Routledge, 2005.
- TRIVINHO, E. **A dromocracia cibercultural.** São Paulo: Paulus, 2007.
- TURKLE, S. **Alone together.** Nova York: Basic Books, 2011.
- TURKLE, S. **Life on screen.** Nova York: Basic Books, 1995.
- VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WELLMAN, B. **Computer networks as social networks. Science.** Vol. 293, September 2001a, pp. 2031-2034.
- WELLMAN, B. **Physical place and cyber place: The rise of personalized networking,** International Journal of Urban and Regional Research, 25(2): 227-252, 2001b.
- WENNBERG, T. **Virtual life: self and identity redefined in the new media age.** Digital Creativity,11:2,65 – 74, 2000.
- WOLTON, D. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2011.
- WOLTON, D. **Internet, e depois?** Porto Alegre: Sulina, 2010.
- ZIZEK, S. **Como ler Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.